



Estudo realizado pelo Núcleo de Informatização da Legislação da Câmara Legislativa do Distrito Federal contendo a relação das ADIs propostas no ano de 2023 e a relação das normas ou dispositivos de normas declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios Leis Distritais em 2023

O Núcleo de Informatização da Legislação é responsável por alimentar o Sistema Legis com as seguintes espécies legislativas: leis ordinárias, leis complementares, decretos legislativos, emendas à Lei Orgânica, resoluções e decretos do GDF. Além disso, tem a função de atualizar as normas ou dispositivos que foram alterados ou declarados inconstitucionais. Neste estudo, fez-se a relação de novas ADIs propostas no ano de 2003. Foram 21 novas ADIs, conforme tabela abaixo, instruída de acordo com informações em página oficial do STF, MPDFT e TJDFT.

### **1. Relação de novas ADIs protocoladas em 2023:**

<b>órgão</b>	<b>ADI</b>	<b>Norma referente</b>
TJDFT	0701622-04.2023.8.07.0000	LDF-2022-07117 (normas)
TJDFT	0702818-09.2023.8.07.0000	LDF-2022-07103, que altera Lei nº 5.125/2013
TJDFT	0706216-61.2023.8.07.0000	LDF-2020-06637
TJDFT	0718568-51.2023.8.07.0000	LDF-2016-05691 (art. 14)
TJDFT	0721303-57.2023.8.07.0000	LDF-2023-07239
TJDFT	0727684-81.2023.8.07.0000	LCD-2022-01009 (art. 1º, § 1º)
TJDFT	0733486-60.2023.8.07.0000	LDF-2022-07088
TJDFT	0733487-45.2023.8.07.0000	LDF 6903/2021 (§ único, e seus incisos I e II, do art. 2º)
TJDFT	0736949-10.2023.8.07.0000	LDF-2019-06419
TJDFT	0738745-36.2023.8.07.0000	LDF-2017-05872
TJDFT	0739926-72.2023.8.07.0000	LDF-2022-07200
TJDFT	0744460-59.2023.8.07.0000	LDF nº 6941/2021
TJDFT	0744734-23.2023.8.07.0000	LDF-2022-07137



TJDFT	0744754-14.2023.8.07.0000	LDF-2023-07323
TJDFT	0744949-96.2023.8.07.0000	LDF-2022-07197
TJDFT	0745423-67.2023.8.07.0000	LDF-2023-07275 (art 8º)
TJDFT	0745479-03.2023.8.07.0000	LDF-2016-05756 artigos 28 a 31
STF	7538	LCD-2011-00840 (Arts. 149-A, "caput", 149-B, "caput", e 150)
STF	7417	LDF-2013-05226 (Anexo II, apenas no que se refere aos reajustes salariais concedidos a partir de 01 de maio de 2015)
STF	7398	LCD-2001-00395 (§§ 1º e 2º do art. 28, com a redação conferida pelo inciso V do art. 1º da LCD nº 1001, de 2022.
STF	7391	LDF-2013-05184 (art. 18 c/c Anexos II, III e IV).

Tabela 1: novas ADIS protocoladas em 2023.

**2. Das normas declaradas total ou parcialmente inconstitucionais no ano de 2023, independentemente do ano de publicação da norma:**

Ainda, de acordo com as páginas oficiais do MPDFT, TJDFT e STF, no ano de 2023, conforme tabela 2 abaixo, foram declarados inconstitucionais ou parcialmente inconstitucionais as seguintes espécies (não constam da tabela normas ou dispositivos de normas suspensos liminarmente):

Leis Ordinárias	25
Leis Complementares	4
Resolução da Câmara Legislativa	1



ADIs julgadas procedentes quanto a dispositivos da LODF	3
<b>Total</b>	<b>33</b>

Tabela 2: normas ou dispositivos de normas declarados inconstitucionais ou parcialmente inconstitucionais em 2023.<sup>1</sup>

### **3. Normas declaradas inconstitucionais pelo Conselho Especial em 2023**

Lei Distrital 6.903/2021	<p>Dispõe sobre a transposição funcional de servidores ocupantes de nível fundamental (Auxiliar de Saúde) para cargos de nível médio (Técnico em Gestão e Assistência à Saúde) e de servidores ocupantes de cargos de nível médio (Técnico em Saúde) para cargos de nível superior (Assistente e Analista em Gestão) da carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal.</p> <p>Norma: Lei Distrital 6.903/2021 (art. 2º, parágrafo único, incisos I e II)</p> <p>Vício: inconstitucionalidade material</p> <p>Data de julgamento: 12/12/2023</p> <p>Data de publicação: 18/12/2023</p> <p>Acórdão: 1797123</p>
Lei Complementar Distrital 999/2022	<p>Altera a Lei Distrital 5.190/2013 para reestruturar classes e padrão da carreira Políticas Públicas de Gestão Governamental do Distrito Federal.</p> <p>Norma: Lei Complementar Distrital 999/2022 (art. 2º)</p> <p>Vício: inconstitucionalidade formal e material</p> <p>Data de julgamento: 25/07/2023</p> <p>Data de publicação: 31/07/2023</p> <p>Acórdão: <a href="#">1731150</a></p>

<sup>1</sup> Estes dados se referem a normas ou dispositivos de normas declarados inconstitucionais no ano de 2023, independentemente do ano de publicação da norma.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Lei Distrital 7.172/2022	Dispõe sobre o aproveitamento dos empregados da CEB Distribuição S.A., migrados para a Neoenergia, e dá outras providências.  Norma: Lei Distrital 7.172/2022  Vício: inconstitucionalidade formal  Data de julgamento: 07/03/2023  Data de publicação: 27/04/2023  Acórdão: <a href="#">1670023</a>
Lei Distrital 7.160/2022	Altera o art. 38 da Lei 4.470/2010 para majorar a Gratificação de Atividade de Vigilância Sanitária - GAV.  Norma: Lei Distrital 7.160/2022 (art. 3º)  Vício: inconstitucionalidade formal e material  Data de julgamento: 15/08/2023  Data de publicação: 17/08/2023  Acórdão: <a href="#">1740742</a>
Lei Distrital 7.117/2022	Dispõe sobre a criação do Auxílio Financeiro de Desempenho – AFD para os servidores de provimento efetivo da carreira legislativa e dá outras providências.  Norma: Lei Distrital 7.117/2022  Vício: inconstitucionalidade material  Data de julgamento: 06/06/2023  Data de publicação: 14/06/2023  Acórdão: <a href="#">1709446</a>



<p>Lei Distrital 7.103/2022</p>	<p>Institui a Gratificação por Habilitação para os servidores da carreira de Atividades em Transportes Urbanos e a Gratificação de Políticas Públicas Rurais para a carreira Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária; reajusta as tabelas de remuneração do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal; e altera as tabelas de vencimentos constantes nos anexos II, III e IV da Lei Distrital 5.218/13.</p> <p>Norma: Lei Distrital 7.103/2022 (arts. 3º, 4º, 5º e 6º)</p> <p>Vício: inconstitucionalidade formal e material</p> <p>Data de julgamento: 20/06/2023</p> <p>Data de publicação : 03/07/2023</p> <p>Acórdão:<a href="#">1718635</a></p>
<p>Lei Distrital 7.082/2022</p>	<p>Dispõe sobre a criação da Faixa do Esporte, Lazer e Trânsito de Ciclistas na Ponte Juscelino Kubitschek – Ponte JK, localizada na Região Administrativa do Lago Sul – RA XVI.</p> <p>Norma: Lei Distrital 7.082/2022</p> <p>Vício: inconstitucionalidade formal</p> <p>Data de julgamento: 14/02/2023</p> <p>Data de publicação: 03/03/2023</p> <p>Acórdão:<a href="#">1666194</a></p> <p>* Controle de constitucionalidade incidental</p>
<p>Lei Distrital 7.071/2022</p>	<p>Dispõe sobre a autorização de uso para os quiosques e similares situados no Distrito Federal, nos termos do art. 9º da Medida Provisória 2.220/2001, com redação dada pela Lei federal 13.465/2017 e dá outras providências.</p> <p>Norma: Lei Distrital 7.071/2022</p> <p>Vício: inconstitucionalidade formal</p> <p>Data de julgamento: 09/05/2023</p> <p>Data de publicação: 12/05/2023</p> <p>Acórdão: <a href="#">1696712</a> e <a href="#">1696699</a></p>



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

<p>Lei Distrital 7.058/2022</p>	<p>Dispõe sobre a relação de consumo e a prestação dos serviços de prevenção de doenças, promoção do bem-estar e proteção e recuperação da saúde e da qualidade de vida no Distrito Federal e dá outras providências.</p> <p>Norma: Lei Distrital 7.058/2022</p> <p>Vício: inconstitucionalidade formal e material</p> <p>Data de julgamento: 06/06/2023</p> <p>Data de publicação: 13/06/2023</p> <p>Acórdão: <a href="#">1709447</a></p>
<p>Lei Distrital 6.903/2021</p>	<p>Dispõe sobre a transposição funcional de servidores ocupantes de nível fundamental (Auxiliar de Saúde) para cargos de nível médio (Técnico em Gestão e Assistência à Saúde) e de servidores ocupantes de cargos de nível médio (Técnico em Saúde) para cargos de nível superior (Assistente e Analista em Gestão) da carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal.</p> <p>Norma: Lei Distrital 6.903/2021 (art. 2º, parágrafo único, incisos I e II)</p> <p>Vício: inconstitucionalidade material</p> <p>Data de julgamento: 12/12/2023</p> <p>Data de publicação: 18/12/2023</p> <p>Acórdão: <a href="#">1797123</a></p>
<p>Lei Distrital 6.759/2020</p>	<p>Institui a educação domiciliar no Distrito Federal e dá outras providências.</p> <p>Norma: Lei Distrital 6.759/2020</p> <p>Vício: inconstitucionalidade formal</p> <p>Data de julgamento: 25/07/2023</p> <p>Data de publicação: 22/08/2023</p> <p>Acórdão: <a href="#">1731148</a></p>



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

<p>Lei Distrital 6.688/2020</p>	<p>Assegura, em caráter indenizatório, o fardamento (uniforme) para os profissionais que desempenham suas atribuições na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência do Distrito Federal – SAMU/DF.</p> <p>Norma: Lei Distrital 6.688/2020</p> <p>Vício: inconstitucionalidade formal</p> <p>Data de julgamento: 11/07/2023</p> <p>Data de publicação : 25/07/2023</p> <p>Acórdão: <a href="#">1727793</a></p>
<p>Lei Distrital 6.618/2020</p>	<p>Altera dispositivo da Lei Distrital 3.624/2005, que define obrigação de pequeno valor para o Distrito Federal, regulamentando o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, e dá outras providências.</p> <p>Norma: Lei Distrital 6.618/2020</p> <p>Vício: inconstitucionalidade formal</p> <p>Data de julgamento: 09/05/2023</p> <p>Data de publicação: 22/05/2023</p> <p>Acórdão: <a href="#">1696701</a></p>
<p>Lei Distrital 6.236/2018</p>	<p>Dispõe sobre a cobrança de tarifa reduzida para motocicletas em estacionamentos privados de shoppings, centros comerciais ou estabelecimentos similares no Distrito Federal.</p> <p>Norma: Lei Distrital 6.236/2018</p> <p>Vício: inconstitucionalidade formal e material</p> <p>Data de julgamento: 31/01/2023</p> <p>Data de publicação: 01/03/2023</p> <p>Acórdão: <a href="#">1660098</a></p>



<p>Lei Distrital 5.691/2016 e outras</p>	<p>Autoriza a cobrança de preços públicos por créditos de quilômetros rodados na prestação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede no Distrito Federal.</p> <p>Norma: Lei Distrital 5.691/2016 (artigo 14), Decreto Distrital 42.011/2021 (artigo 30) e Decreto Distrital 38.258/2017 (artigo 22)</p> <p>Vício: inconstitucionalidade formal e material</p> <p>Data de julgamento: 11/04/2023</p> <p>Data de publicação: 27/04/2023</p> <p>Acórdão: <a href="#">1687569</a></p> <p>* Controle de constitucionalidade incidental</p>
<p>Lei Distrital 3.830/2006 e outra</p>	<p>Dispõe sobre hipóteses de imunidade quanto ao Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos – ITBI.</p> <p>Norma: Lei Distrital 3.830/2006 (parcial do §1º, art. 3º) e Decreto Distrital 27.576/2006 (parcial do §1º, art. 2º)</p> <p>Vício: inconstitucionalidade</p> <p>Data de julgamento: 11/04/2023</p> <p>Data de publicação: 28/04/2023</p> <p>Acórdão: <a href="#">1684813</a></p> <p>* Controle de constitucionalidade incidental</p>

#### **4. Normas Distritais declaradas inconstitucionais pelo Plenário do STF em 2023**

<p>Lei Distrital 3.881/2006</p>	<p>Assegura aos ocupantes dos cargos de Auditor Fiscal da Receita, Assistente Jurídico Especial e Procurador do Distrito Federal, que tratam as Leis Distritais 33/1989 e 3.171/2003 assim como a Lei Complementar Distrital 681/2003, em vista do exercício da atividade profissional e nos termos do caput do art. 6º da Lei Federal 10.826/2003, o porte de arma de fogo de uso permitido, devidamente registrada, observação que constará da carteira funcional dos servidores ativos.</p>
---------------------------------	--



	<p>Norma: Lei Distrital 3.881/2006 (art. 50)</p> <p>Vício: inconstitucionalidade formal</p> <p>Data de julgamento: 8/11/2023</p> <p>Data de publicação: 23/11/2023</p> <p>Acórdão do STF: ADI 4.987/DF</p>
<p><a href="#">Lei Orgânica do Distrito Federal e outra</a></p>	<p>Dispõe sobre a vedação de fabricação, comercialização e utilização de equipamentos e instalações nucleares e de instalação de depósitos de resíduos tóxicos ou radioativos no território do Distrito Federal.</p> <p>Norma: Lei Orgânica do Distrito Federal (artigo 308, parágrafo único, III e IV) e Lei distrital 972/1995</p> <p>Vício: Inconstitucionalidade formal</p> <p>Data de julgamento: 17/12/2022</p> <p>Data de publicação: 20/04/2023</p> <p>Acórdão do STF: <a href="#">ADI 6900</a></p>
<p>Lei Orgânica do Distrito Federal</p>	<p>Estabelece o quórum de dois terços dos membros da Câmara Legislativa para aprovação das emendas à Lei Orgânica.</p> <p>Norma: Lei Orgânica do Distrito Federal (artigo 70 §1º)</p> <p>Vício: Inconstitucionalidade</p> <p>Data de julgamento: 17/12/2022</p> <p>Data de publicação: 20/04/2023</p> <p>Acórdão do STF: <a href="#">ADI 7205</a></p>
<p>Lei Orgânica do Distrito Federal</p>	<p>Atribui a Câmara Legislativa a competência para julgar o Governador do Distrito Federal por crimes de responsabilidade.</p> <p>Norma: Lei Orgânica do Distrito Federal (as expressões "e julgar" do artigo 60 XXIV e "ou perante a própria Câmara Legislativas, nos crimes de responsabilidade" do artigo 103)</p> <p>Vício: Inconstitucionalidade</p> <p>Data de julgamento: 13/04/2023</p> <p>Data de publicação: 28/06/2023</p>



	Acórdão do STF: <a href="#">ADI 3466</a>
Lei Complementar Distrital 828/2010 e outra	<p>Estabelece critérios de desempate para promoção por antiguidade dos membros da carreira de Assistência Judiciária do Distrito Federal.</p> <p>Norma: Lei Complementar Distrital 828/2010 (art. 53, §3º III e IV) e Lei Distrital 3.246/2003 (art. 4º III e IV)</p> <p>Vício: Inconstitucionalidade formal</p> <p>Data de julgamento: 26/06/2023</p> <p>Data de publicação: 10/07/2023</p> <p>Acórdão do STF: <a href="#">ADI 7303</a></p>
Lei Complementar Distrital 769/2008	<p>Estabelece que o pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental será feito somente ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.</p> <p>Norma : Lei complementar distrital 769/2008 (artigo 18 §7º)</p> <p>Data de julgamento 7/12/2022</p> <p>Data de publicação 27/03/2023</p> <p>Acórdão: <a href="#">RE 918315/DF</a></p>
Lei Distrital 7.093/2022	<p>Institui gratificações em razão do exercício de mandato e do acúmulo de funções administrativas, de fiscalização ou de controle externo, calculadas sobre o subsídio mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal.</p> <p>Embargos de declaração providos para ampliar a modulação dando efeitos <i>ex nunc</i> à decisão, de modo a assentar a irretroatividade do entendimento quanto aos valores já auferidos, os que atualmente vêm sendo percebidos e às aposentadorias já concedidas, inclusive as pensões destas geradas, devendo tais valores necessariamente estar compreendidos sob o teto constitucional.</p> <p>Norma : Lei Distrital 7.093/2022 (artigo 1º)</p> <p>Vício: Inconstitucionalidade formal e material</p> <p>Data de julgamento 18/04/2023</p>



	<p>Data de publicação 04/05/2023</p> <p>Acórdão: <a href="#">ADI 6126</a></p> <p>Data de julgamento dos embargos de declaração: 08/08/2023</p> <p>Data de publicação dos embargos de declaração: 21/08/2023</p> <p>Acórdão: <a href="#">ADI 6126 ED/DF</a></p>
Lei Distrital 5.950/2017 e outra	<p>Dispõe sobre o cálculo do limite da despesa total com pessoal para o exercício financeiro de 2017.</p> <p>Norma: Lei Distrital 5.950/2017 (artigo 53 §1º) e Lei Distrital 5.695/2016 (artigo 51 §1º)</p> <p>Vício: Inconstitucionalidade formal e material</p> <p>Data de julgamento: 27/03/2023</p> <p>Data de publicação: 17/04/2023</p> <p>Acórdão do STF: <a href="#">ADI 5598</a></p>
Lei Distrital 5.695/2016 e outra	<p>Dispõe sobre o cálculo do limite da despesa total com pessoal para o exercício financeiro de 2017.</p> <p>Norma: Lei Distrital 5.695/2016 (artigo 51 §1º) e Lei Distrital 5.950/2017 (artigo 53 §1º)</p> <p>Vício: Inconstitucionalidade formal e material</p> <p>Data de julgamento: 27/03/2023</p> <p>Data de publicação: 17/04/2023</p> <p>Acórdão do STF: <a href="#">ADI 5598</a></p>



<p>Lei Distrital 5.551/2015</p>	<p>Estabelece regras para o parcelamento de multas aplicadas aos veículos automotores licenciados no Distrito Federal e dá outras providências.</p> <p>Norma: Lei Distrital 5.551/2015</p> <p>Vício: Inconstitucionalidade formal</p> <p>Data de julgamento: 27/03/2023</p> <p>Data de publicação: 04/04/2023</p> <p>Acórdão do STF: <a href="#">ADI 6578</a></p>
<p>Lei Distrital 3.923/2006</p>	<p>Assegura funções aos atuais cobradores do Serviço de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal e dá outras providências.</p> <p>Norma: Lei Distrital 3.923/2006</p> <p>Vício: inconstitucionalidade</p> <p>Data de julgamento: 25/09/2023</p> <p>Data de publicação: 23/10/2023</p> <p>Acórdão do STF: <a href="#">ADI3899</a></p>
<p>Lei Distrital 3.881/2006</p>	<p>Assegura aos ocupantes dos cargos de Auditor Fiscal da Receita, Assistente Jurídico Especial e Procurador do Distrito Federal, que tratam as Leis Distritais 33/1989 e 3.171/2003 assim como a Lei Complementar Distrital 681/2003, em vista do exercício da atividade profissional e nos termos do <i>caput</i> do art. 6º da Lei Federal 10.826/2003, o porte de arma de fogo de uso permitido, devidamente registrada, observação que constará da carteira funcional dos servidores ativos.</p> <p>Norma: Lei Distrital 3.881/2006 (art. 50)</p> <p>Vício: inconstitucionalidade formal</p> <p>Data de julgamento: 8/11/2023</p> <p>Data de publicação: 23/11/2023</p> <p>Acórdão do STF: <a href="#">ADI 4.987/DF</a></p>



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

<p>Lei Distrital 3.246/2003 e outra</p>	<p>Estabelece critério de promoção por antiguidade dos membros da carreira da Assistência Jurídica do Distrito Federal.</p> <p>Norma: Lei Distrital 3.246/2003 (art. 4º III e IV) e Lei Complementar Distrital 828/2010 (art. 53, §3º III e IV )</p> <p>Vício: Inconstitucionalidade formal</p> <p>Data de julgamento: 26/06/2023</p> <p>Data de publicação: 10/07/2023</p> <p>Acórdão do STF: <a href="#">ADI 7303</a></p>
<p>Lei Distrital 3.228/2003</p>	<p>Obriga as distribuidoras de combustíveis, no Distrito Federal, a colocar lacres eletrônicos que controlem a abertura e o fechamento dos tanques dos postos de combustíveis que exibam sua marca e dá outras providências.</p> <p>Norma : Lei Distrital 3.228/2003</p> <p>Vício: Inconstitucionalidade formal e material</p> <p>Data de julgamento 25/04/2023</p> <p>Data de publicação 19/05/2023</p> <p>Acórdão: <a href="#">ADI 3236/DF</a></p>
<p>Lei Distrital 972/1995 e outra</p>	<p>Dispõe sobre a vedação de fabricação, comercialização e utilização de equipamentos e instalações nucleares e de instalação de depósitos de resíduos tóxicos ou radioativos no território do Distrito Federal.</p> <p>Norma: Lei distrital 972/1995 e Lei Orgânica do Distrito Federal (artigo 308, parágrafo único, III e IV)</p> <p>Vício: Inconstitucionalidade formal</p> <p>Data de julgamento: 17/12/2022</p> <p>Data de publicação: 20/04/2023</p> <p>Acórdão do STF: <a href="#">ADI 6900</a></p>



**REFERÊNCIAS:**

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT. Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/mpdft-acao/assessoria-cvel-e-de-controle-de-constitucionalidade-menu>. Acesso em: 5 fev. 2024

Supremo Tribunal Federal – STF. ADI, ADC, ADO e ADPF. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/pesquisarPeticaoInicial.asp>. Acesso em: 5 fev. 2024

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT. Processo Judicial Eletrônico. 2ª instância. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/pje>. Acesso em: 5 fev. 2024